

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e três dias do mês de julho de 2020, às 14:00h, reuniram-se por videoconferência a Promotora de Justiça, Dra. Vanessa Quadros Soares Katz, a Procuradora da República, Dra. Vanessa Seguezzi os senhores vereadores da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Petrópolis, Silmar Fortes e Justino do Raio-x e a assessora da Vereadora Gilda Beatriz, Patrícia.

Aberta a reunião, a Promotora de Justiça, Dra. Vanessa Katz abordou os desafios que demandam especial atenção da Câmara Municipal quanto ao enfrentamento à COVID-19 no Município de Petrópolis, discorrendo sobre os três pontos que o MP entende como cruciais para o controle da doença daqui para a frente:

- Mobilização social e engajamento nas comunidades, com definição de estratégias efetivas de comunicação e elaboração de planos de ação locais;
- Vigilância em saúde nos territórios, com busca ativa de sintomáticos e contactantes pela APS; e
- Estratégias e protocolos de testagem, em especial na APS.

O Ministério Público ponderou a importância de que todas as instâncias de controle debatam a forma como, dentro de suas competências, podem contribuir para a construção desse novo pacto de convívio social.

Ressaltou a Dra. Vanessa Katz a importância da busca ativa dos casos sintomáticos pela Atenção Primária, identificando os contactantes e promovendo o devido isolamento, conforme orientação da OMS, FIOCRUZ e SES, dentre outros.

Segue discorrendo sobre a necessidade de melhorar o engajamento das comunidades quanto à biossegurança e isolamento social, o que é sabido que não vem ocorrendo, sendo necessário desenvolver estratégias melhores de comunicação e um planejamento local, que envolva inclusive a escuta dos próprios moradores.

No que tange à testagem, ressalta que o Município não possui protocolo de testagem com estratégias claras. Reforça que os testes devem estar prioritariamente nos territórios, a cargo da atenção primária. Entende que o protocolo deve ser discutido pela Câmara e pelo Conselho Municipal de Saúde.

O vereador Silmar concordou com a importância de um plano de ação local, feito pelos PSF e envolvendo os equipamentos existentes nas comunidades, sugerindo que, nos locais em que não haja cobertura da ESF, a atuação seja feita por equipes móveis. Quanto à testagem, asseverou que também entende que falta clareza quanto aos objetivos pretendidos.

O vereador Justino comentou que, de fato, nas comunidades ninguém está usando máscaras e que muitos agentes comunitários tem medo de fazer os atendimentos pelo risco de contaminação, sugerindo que temos que preparar os agentes para ir ao território.

Especificamente quanto ao tema da testagem, o Ministério Público informou que ajuizou ação civil pública com o objetivo de que sejam feitos protocolos com estratégias definidas e objetivos claros, reforçando ser fundamental que a CMP enfrente esta questão. É importante o papel de fiscalização da CMP e a sociedade precisa estar envolvida nisso, ante os reflexos sanitários e o custo dos testes.

Após debates, acordou-se a realização de audiência pública pela CMP para debater as estratégias de testagem, com a participação de experts, comprometendo-se o vereador Silmar a organizar o evento.

Nada mais havendo, encerro a presente.

Assinaturas dispensadas.